

## BALANÇO PATRIMONIAL - MAIO/2014

	ATIVO	
Circulante	41.243.452,75	
Realizável a Longo Prazo	9.456.223,77	
Investimentos	11.109,67	
Imobilizado	277.559.346,30	
Intangível	4.036.251,57	
Ativo Compensado	1.236.717,49	
Total do Ativo	333.543.101,55	
	PASSIVO	
Circulante	69.412.687,70	
Não Circulante	4.978.218,89	
Patrimônio Líquido	257.915.477,47	
Capital	263.028.445,40	
Reservas de Lucros	420.507,18	
Créditos P/ Aumento de Capital	41.506.567,46	
Saldo Devedor/Credor Acumulado	(5.533.475,11)	
Lucros/Prej.Acumulados	-	
Passivo Compensado	1.236.717,49	
Total do Passivo	333.543.101,55	

NILANE SOUZA DE MENEZES  
Contadora CRC-CE 16629  
CPF - 616.329.613-34

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

## DECISÕES DE 1º DE JULHO DE 2014

**A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 1º de julho de 2014, decide:

Nº 79 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária PMR TÁXI AÉREO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA S.A., CNPJ nº 02.225.625/0001-87, com sede social em Porto Alegre (RS). Processo nº 00058.030972/2014-77. Fica revogada a Decisão nº 268, de 30 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2009, Seção 1, página 9.

Nº 80 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo e de serviço aéreo público especializado nas atividades aerocinematografia, aerofotografia, aeroinspeção, aeropublicidade e aerorreportagem outorgada à sociedade empresária HELIMARTE TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 03.330.048/0001-56, com sede social em São Paulo (SP). Processo nº 00058.033856/2014-18. Fica revogada a Decisão nº 267, de 30 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2009, Seção 1, página 9.

Estas Decisões entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYs  
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS  
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

## PORTARIAS DE 1º DE JULHO DE 2014

**O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) - Certificação; Operadores Regulares e Não-

Nº 1.476 - Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2014-06-00BB-02-00, emitido em 30 de junho de 2014, em favor da empresa Preserve Táxi Aéreo Ltda., em virtude do atendimento ao estabelecido no RBAC nº 119 e RBAC nº 135, nos termos da decisão proferida no processo 00067.002356/2012-55, a partir da comunicação a interessada por meio do Ofício nº 47/2014/GOAG/SPO, a contar da data de 30 de junho de 2014.

Nº 1.477 - Tornar pública a revisão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2006-05-2CHS-02-02, emitido em 18 de junho de 2014, em favor da TACO - Táxi Aéreo Confiança Ltda., em virtude do atendimento ao estabelecido no RBAC nº 119 e RBAC nº 135, nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 00067.001310/2014-81, a partir da comunicação a interessada por meio do Ofício 45/2014/GOAG/SPO, a contar da data de 18 de junho de 2014.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento

## GABINETE DO MINISTRO

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 1º DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.003057/2014-44, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos e o procedimento para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária Aplicado às Cadeias dos Produtos de Origem Vegetal - SUASA-Vegetal.

Parágrafo único. A adesão poderá ser feita pelos órgãos ou entidades dos estados ou do Distrito Federal que possuem competência legal para atuarem na defesa agropecuária.

Art. 2º O SUASA-Vegetal fundamenta-se nos seguintes princípios:

I - responsabilidade compartilhada entre os agentes das cadeias produtivas;

II - atuação de forma sistêmica e corresponsável; e

III - ação coordenada para o estabelecimento das diretrizes das atividades de defesa agropecuária.

Art. 3º O procedimento para adesão ao SUASA-Vegetal compreende:

I - manifestação do interesse na adesão;

II - concordância com as normas;

III - atendimento aos requisitos de adesão; e

IV - parecer técnico favorável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 4º Os interessados que optarem por aderir ao SUASA-Vegetal deverão adequar seus processos e procedimentos de inspeção e fiscalização à legislação federal, ou dispor de regulamentos equivalentes.

Art. 5º Para aderir ao SUASA-Vegetal, os interessados deverão instruir o pedido comprovando:

I - a competência da pessoa natural que representa a entidade;

II - infraestrutura operacional e administrativa; e

III - plano de trabalho.

Parágrafo único. O plano de trabalho a que se refere o inciso III do caput deve conter ações de capacitação dos produtores rurais e estabelecimentos envolvidos na cadeia produtiva, com vistas à sua adequação à legislação de defesa agropecuária.

Art. 6º Os requisitos relacionados com a infraestrutura operacional e administrativa para adesão ao SUASA-Vegetal serão avaliados no seguinte:

I - quadro de pessoal legalmente habilitado e com capacitação compatível com o número de estabelecimentos a serem fiscalizados, o número de registros previstos, o número estimado de certificações, o volume de produção a ser amostrado, a demanda e a capacidade de análise laboratorial instalada, de acordo com parâmetros estabelecidos pela coordenação do SUASA-Vegetal;

II - unidade executora com poderes legais para realizar os serviços previstos no SUASA-Vegetal com imparcialidade e independência;

III - mobiliário, equipamentos (informática e outros) e material de apoio administrativo que garantam efetivo suporte operacional para as atividades;

IV - planejamento da execução, definição de estratégias de fiscalização e a proposta de aferição de resultados fundamentados em parâmetros técnicos; e

V - veículos oficiais em número e condições adequadas, respeitando as particularidades de cada região e serviço demandado, com vistas à eficiência e eficácia das atividades programadas.

Parágrafo único. Os interessados para aderirem ao SUASA-Vegetal deverão dispor, previamente, de registros auditáveis referentes à implantação e manutenção das suas respectivas instâncias técnicas de defesa agropecuária, responsáveis pela execução das atividades delegadas.

Art. 7º Aos que aderirem ao SUASA-Vegetal poderão ser delegadas a execução das atividades previstas na legislação brasileira de defesa agropecuária.

Art. 8º Serão realizadas pelo MAPA auditorias e avaliações técnicas para aperfeiçoamento do SUASA-Vegetal.

Art. 9º O descumprimento de normas legais e das atividades e metas previstas no plano de trabalho que comprometam os objetivos do SUASA-Vegetal, a falta de alimentação e atualização dos registros auditáveis e o não atendimento tempestivo das recomendações do MAPA implicará a suspensão da adesão, até a correção das inconformidades detectadas.

Art. 10. O SUASA-Vegetal terá suas atividades organizadas em áreas temáticas e disciplinadas pelas legislações específicas, constantes do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 11. Participarão do SUASA-Vegetal:

I - serviços e instituições oficiais;

II - produtores e trabalhadores rurais, suas associações e técnicos que lhes prestam assistência;

III - órgãos de fiscalização das categorias profissionais diretamente vinculadas à sanidade agropecuária;

IV - entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

Art. 12. O SUASA-Vegetal contará com Comitês Executivos, coordenados pelo MAPA, compostos por representantes dos órgãos e entidades previstos no art. 28-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, conforme o arranjo institucional estabelecido para cada Unidade da Federação.

Art. 13. O MAPA constituirá o Comitê Gestor do SUASA-Vegetal, que será composto por representantes das suas diversas áreas temáticas.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados os Anexos II e III da Instrução Normativa nº 19, de 24 de julho de 2006.

NERI GELLER